

**IV ENCONTRO DE PESQUISA JURÍDICA: O DIÁLOGO ENTRE A SOCIEDADE,  
O ESTADO E A CONSTITUIÇÃO – SÉRIE ESPECIAL CRISES E CONFLITOS  
INTERNACIONAIS, Ed. 7, Ribeirão das Neves/MG**

---

**PERSEGUIÇÃO AO POVO ROHINGYA EM MIANMAR: DESAFIOS JURÍDICOS  
E INTERNACIONAIS**

**Autor(res)**

Cintia Batista Pereira  
Sidnea Aparecida Pereira  
Habib Ribeiro David  
Stace Liz Carneiro  
Andrezza Feltre Da Cunha Peixoto

**Categoria do Trabalho**

Trabalho Acadêmico

**Instituição**

FACULDADE ANHANGUERA DE RIBEIRÃO DAS NEVES

**Introdução**

O povo Rohingya, minoria muçulmana de Mianmar, enfrenta décadas de perseguição sistemática, marcada por discriminação legal, violência estatal e deslocamentos forçados. Localizados principalmente no estado de Rakhine, são privados de cidadania desde a lei de 1982, tornando-se apátridas em sua própria terra. Episódios de violência em larga escala, intensificados desde 2012 e agravados em 2017, resultaram em milhares de mortes e no êxodo de mais de 700 mil pessoas para Bangladesh. O caso atraiu atenção da comunidade internacional, levantando debates sobre violações de direitos humanos, crimes de guerra e possíveis atos de genocídio.

**Objetivo**

Analizar a perseguição contra os Rohingya sob a ótica do Direito Internacional, identificando violações jurídicas e a responsabilidade do Estado de Mianmar perante a comunidade internacional.

**Material e Métodos**

A pesquisa adota revisão bibliográfica e documental, baseada em tratados internacionais como a Convenção para a Prevenção e Repressão do Crime de Genocídio (1948), relatórios da ONU e do Alto Comissariado para Refugiados (ACNUR), além de documentos da Human Rights Watch e da Anistia Internacional. Foram consultadas também decisões da Corte Internacional de Justiça (CIJ), em especial o processo iniciado por Gâmbia contra Mianmar em 2019. A metodologia é qualitativa, com análise crítica das fontes jurídicas e institucionais, confrontando princípios de proteção de minorias, direito à cidadania e proibição de discriminação com as práticas do Estado birmanês.

**Resultados e Discussão**

Constatou-se que os Rohingya sofrem violações múltiplas: negação de cidadania, restrições de liberdade de movimento, proibição de acesso a serviços básicos, além de deslocamentos forçados em massa. Relatórios da ONU caracterizaram as ações do exército de Mianmar como “limpeza étnica” e possíveis atos de genocídio. A

**IV ENCONTRO DE PESQUISA JURÍDICA: O DIÁLOGO ENTRE A SOCIEDADE,  
O ESTADO E A CONSTITUIÇÃO – SÉRIE ESPECIAL CRISES E CONFLITOS  
INTERNACIONAIS, Ed. 7, Ribeirão das Neves/MG**

---

atuação da CIJ, ao admitir o caso contra Mianmar, representa marco importante na responsabilização internacional. No entanto, persistem lacunas na efetividade das medidas, devido a resistências políticas internas e limitações na atuação de organismos multilaterais.

**Conclusão**

A perseguição ao povo Rohingya evidencia a necessidade de fortalecimento dos mecanismos internacionais de proteção de direitos humanos. O caso demonstra como a ausência de cidadania e a discriminação institucionalizada podem levar a crimes internacionais de maior gravidade. O Direito Internacional, embora disponha de normas claras, encontra desafios na sua implementação prática diante da soberania estatal e da ineficácia dos organismos internacionais.

**Referências**

- ANISTIA INTERNACIONAL. “Caged Without a Roof”: Apartheid in Myanmar’s Rakhine State. Londres, 2017.
- HUMAN RIGHTS WATCH. “All of My Body Was Pain”: Sexual Violence Against Rohingya Women and Girls in Burma. Nova Iorque, 2017.
- ONU. Report of the Independent International Fact-Finding Mission on Myanmar. Genebra, 2018.
- CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. The Gambia v. Myanmar – Application of the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide, 2019.